



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA) 2019

Secretaria de Controle Interno (SCI)

Novembro de 2018



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

1. Introdução

O Plano Anual de Auditoria (PAA) representa uma boa prática, recepcionada pelo arcabouço regulatório nacional, para a gestão das Secretarias de Controle Interno do Poder Judiciário. Previsto no art. 9º da Resolução CNJ nº 171, de 1º de março de 2013¹, o PAA deve contemplar as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade relacionadas à auditoria contábil, assim como aquelas inerentes ao setor público.

Para fins deste trabalho, foi utilizada definição de Auditoria Interna prevista na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TI 01²:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Esta Secretaria de Controle Interno (SCI) atua de acordo com as melhores práticas de controle interno e determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Os trabalhos desempenhados pela SCI buscam gerar valor para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de forma a potencializar o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

¹ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 171, de 1º de março de 2013**. Dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça.

² Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Norma NBC TI 01 - Da Auditoria Interna**. Aprovada pela Resolução CFC nº 986, de 21 de novembro de 2003.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

2. Objetivo e Fundamentação

O PAA 2019 foi elaborado para apreciação da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com vistas a sua aprovação, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 9º da Resolução CNJ nº 171/2013.

Art. 9º Para fins de realização de Auditorias deverá ser elaborado Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), quadrienal, e Plano Anual de Auditoria (PAA), observadas as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade atinentes à auditoria, assim como aquelas inerentes ao setor público.

§ 1º. Os Planos previstos no caput devem ser submetidos à apreciação e aprovação pelo Presidente do Tribunal ou Conselho, nos seguintes prazos:

- I - até 30 de novembro de cada quadriênio, no que se refere ao PALP; e
- II - até 30 de novembro de cada ano, no que se refere ao PAA.

3. Escopo de Atuação

De acordo com a Consolidação dos Atos da Estrutura Organizacional³ e com o Ato GP nº 12/2014⁴ e alterações, a SCI atua na avaliação de controles internos da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, de pessoal e patrimonial quanto aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Levou-se em conta neste planejamento, ainda, o modelo das Três Linhas de Defesa, publicado pelo Instituto dos Auditores

³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Consolidação dos Atos da Estrutura Organizacional**. Publicada em 15 de setembro de 2016 pelo Ato GP nº 25/2016.

⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Ato GP nº 12/2014**. Publicado em 20 de maio de 2014. Altera e regulamenta a estrutura e atividades da Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Internos⁵. Em síntese, pode-se definir o modelo da seguinte maneira:

- a) **1ª linha (áreas de negócio)**: nesta primeira linha os gestores das áreas de negócio são os principais responsáveis pelo gerenciamento dos riscos institucionais e dos controles internos para assegurar o cumprimento dos objetivos operacionais, táticos e estratégicos do Tribunal.
- b) **2ª linha (controles internos, *compliance* e riscos)**: a segunda linha auxilia a definição de direções da Administração e oferece avaliações dos controles internos, do gerenciamento de riscos e da conformidade. Assim, atua como suporte às unidades e aos gestores, com adoção de boas práticas e metodologias aplicadas à governança, gestão de riscos, gestão do programa de integridade e gestão da continuidade.
- c) **3ª linha (auditoria interna)**: os auditores internos fornecem ao órgão de governança e à Alta Administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. A auditoria interna realiza avaliação sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos. Avalia, ainda, a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle (IIA, 2013, p. 5).

⁵ The Institute of Internal Auditors (IIA). **Declaração de posicionamento do IIA: as três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles.** [S.l.: s.n.], 2013.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Desse modo, esta SCI realiza trabalhos de acompanhamento da gestão e auditorias a *priori*, concomitante e a *posteriori* com ênfase nos processos administrativos do TRT da 2ª Região. O trabalho é realizado em articulação com diversas áreas e unidades do Tribunal.

Além de determinações legais, os processos enfatizados pela Secretaria de Controle Interno contemplam o monitoramento e avaliação dos controles internos, com a promoção de procedimentos de autocontrole a serem incentivados junto às áreas atendidas para o alcance dos objetivos institucionais.

Em vista da não evidência do mapeamento de todos os processos de trabalho das unidades administrativas do Tribunal e da fase inicial da discussão acerca da gestão de riscos, manteve-se, para classificação dos temas de auditoria, a categorização de áreas de exame prevista do Plano Anual de Fiscalização do CSJT⁶ para o exercício de 2019, qual seja:

1. Gestão Administrativa;
2. Gestão de Tecnologia da Informação; e
3. Gestão de Pessoas.

A priorização dos temas levou em consideração as variáveis previstas no art. 12 da Resolução CNJ nº 171/2013:

Art. 12. Na elaboração dos Planos devem ser consideradas as seguintes variáveis:

- I - materialidade - representatividade dos valores orçamentários ou recursos financeiros/materiais alocados e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos;
- II - relevância - importância do planejamento em relação às ações a serem desenvolvidas;

⁶ BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. **Ato CSJT.GP.SG nº 333/2017**. Aprova o Plano Anual de Fiscalização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para o exercício de 2018.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

III - criticidade - representatividade do quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a ser controlado; e

IV - risco - possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termos de consequências e probabilidades.

Cabe esclarecer que determinados temas são prioritários por critérios mandatórios em função de normativos ou determinações dos Órgãos de Controle, ensejando ações de monitoramento e auditorias.

Para adequação dos temas de auditoria à estrutura deste Regional, as áreas de exame (objetos) de auditoria foram desdobradas em: Contábil, Orçamentária, Financeira, Material e Patrimônio, Gestão de Pessoas, Segurança, Operacional, Infraestrutura e Tecnologia da Informação. Após, foram especificados os objetos a serem auditados. Assim, a equipe da SCI avaliou os referidos objetos de auditoria com base na disposição do já citado art. 12 da Resolução CNJ nº 171/2013, com a atribuição de escala de 1 a 3, a fim de estabelecer a ordem de prioridade para realização de auditorias.

Adicionalmente, foram levados em conta critérios de viabilidade (disponibilidade da informação e de recursos) e maturidade (histórico de controles internos implantados e auditorias realizadas).

Em síntese, a avaliação de prioridade das áreas de exame de auditoria resta demonstrada na Figura 1, abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Figura 1 – Matriz de risco por área de exame de auditoria.

Impacto	Elevado	Custos em TI com ênfase no parque de impressão e produção de software	Temas de Auditorias Coordenadas	Política de Gestão de Pessoas com ênfase em TIC
	Moderado	Auditoria de Logística e Consumo Continuado	Processo de Concessão de Aposentadorias	Projetos e Riscos de Infraestrutura (Medição)
	Baixo	Trabalho Seguro	Auxílio-Transporte	Contabilidade Financeira e Custos
		Remoto	Possível	Provável
		Probabilidade de Ocorrência		

Fonte: Secretaria de Controle Interno.

Por meio da matriz indicada foi possível categorizar, por exemplo, que o processo de concessão de aposentadorias apresentou moderada combinação de impacto e probabilidade de ocorrência de riscos, ensejando necessidade de auditoria. O tema gestão de projetos e riscos de infraestrutura (medição), por sua vez, apresentou, segundo análise da equipe da SCI e trabalhos anteriores, considerável risco de controles e moderado impacto. Situações desejáveis para realização de trabalhos de auditoria, inspeção e consultoria que constam do PAA.

Vale mencionar por que temas com risco considerado reduzido e residual foram incluídos no PAA 2019.

Ainda que a priorização seja adotada como critério para seleção dos trabalhos, a exigência normativa para auditar determinadas áreas foi considerada, de modo que temas como Auditoria de Gestão, Auditorias Coordenadas pelo CNJ e pelo CSJT, Programa



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Trabalho Seguro, Política de Gestão de Pessoas com ênfase em TIC, derivados de resoluções dos órgãos de controle, foram incluídas no planejamento anual.

Normas orçamentárias aplicáveis tendem a impactar a necessidade de auditorias focalizadas. Foi então considerada a Emenda Constitucional nº. 95/2016, e seus desdobramentos financeiros. Comandos, a exemplo da inovação constitucional, que têm potencial de restringir as operações e aumentar de forma sistemática os riscos da instituição. Diante deste contexto normativo, foram propostos trabalhos que levem em conta potenciais restrições orçamentárias com o fito de otimização de custos das atividades de Tecnologia da Informação, Consumo Continuado, Contabilidade Financeira e Custos.

Serão dedicadas cerca de 25 mil horas para os processos de auditoria e atividades de avaliação da conformidade de atos de pessoal, de compras e licitações e de gestão. A referida estimativa contempla demandas legais e outras determinações da Presidência e dos Órgãos de Controle.

Cabe registrar que os produtos da SCI contemplam: relatório de auditoria de gestão que compõe o processo anual de contas; certificados de auditoria e parecer do dirigente do órgão de controle interno; relatórios de auditoria; relatórios de inspeção administrativa; assessoramento e consultoria aos gestores e à Alta Administração; mapeamento de processos e controles internos, atendimentos especiais ao CSJT e ao CNJ; atendimentos ao TCU; auditorias *a priori*; análise de processos de pessoal e de licitação e contratos; e apoio às propostas de normatização institucional.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

4. Estrutura de Pessoal, Gestão por Competência e Política de Treinamento

Atualmente a SCI conta com uma equipe de 15 (quinze) servidores com formação multidisciplinar, considerada adequada nos aspectos qualitativos para o desempenho de suas atribuições institucionais e que passam por constante atualização. No decorrer de 2019 os servidores participarão de atividades de treinamento e capacitação, presenciais e à distância, estimadas em 40 (quarenta) horas por servidor. Assim, a SCI dedicará, no mínimo, 600 (seiscentas) horas para treinamento/capacitação durante o período.

Em 2018 foi elaborado o Plano Anual de Capacitação para 2019, PAC 2019, contextualizado no Objetivo 4 (Aprimorar a Gestão de Competências na Secretaria) do Plano Tático 2015-2020 desta SCI. O plano foi enviado para aprovação da Presidência deste Tribunal por meio do Memorando SCI n° 93/2018.

Assim, o PAC 2019 definiu ações para aprimorar as competências definidas. Cumpre destacar, neste trabalho, as competências-chave: Conhecimento Normativo; Contabilidade e Orçamento; Técnicas de Controle Interno e Auditoria; e Tecnologia da Informação.

5. Cronograma de Atuação dos Trabalhos em 2019

A SCI executará auditorias nos processos administrativos de compras, licitações, execuções contratuais e de gestão de pessoas. Cabe reforçar que em 2019 são estimadas horas adicionais para atendimento de ações coordenadas pelo CSJT e pelo CNJ, especialmente aquelas ligadas a recursos descentralizados e governança de Tecnologia da Informação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

O cronograma proposto para as atividades da SCI está contemplado no Quadro 1 do Apêndice A.

Conforme se verifica do referido Quadro 1, procurou-se enfatizar, nos trabalhos de auditorias para 2019 as avaliações de controles da gestão, operacionais e de risco com ênfase temática em otimização de custos. A partir de técnicas de levantamento e de apresentação serão obtidos pontos de não-conformidades e recomendações para posterior monitoramento.

São Paulo, 29 de novembro de 2018.

Luis Carlos de Paula Reseck
Diretor da Secretaria de Controle Interno



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**APÊNDICE A – Cronograma do Plano Anual
de Auditoria de 2019**

Secretaria de Controle Interno (SCI)

Novembro de 2018



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2019

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco ¹	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Áreas Responsáveis ²	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
1	Auditoria e avaliação sobre as informações que compõem o Relatório de Gestão (2018)	Normatização de Controle Externo, Administração e Finanças Públicas, Técnicas de Auditoria.	Elevados	Auditoria de Gestão / Auditoria Direta	Avaliar as informações contidas no Relatório de Gestão de 2018. Certificar a regularidade das contas de 2018.	SCI	2/1/2019	30/6/2019	3.500	Secretaria Geral da Presidência e Diretoria Geral da Administração.
2	Serviços de Consultoria à Gestão e Consultas	Administração, Administração Pública, Legislação, Controle Externo, Técnicas de Auditoria.	Moderados	Consultoria (governança, gestão de riscos e controles)	Prestar serviços de consultoria destinados a adicionar valor e aperfeiçoar os processos de governança, gestão de riscos e controle, incluindo orientação, assessoria, facilitação e treinamento.	SCI, CCG, CAUDIT	2/1/2019	31/12/2019	5.300	Unidades Administrativas do Tribunal, Secretaria de Controle Interno.
3	Auditoria dos atos de admissão, aposentadoria, pensão abono de permanência.	Legislação, Estatuto do Servidor Público Federal, Direito Previdenciário, Direito Administrativo, Gestão de Pessoas	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar a conformidade dos atos de pessoal. Analisar os controles internos das unidades auditadas a fim de mitigar os riscos de não conformidade.	SCAGP	2/1/2019	31/12/2019	1.800	Secretaria de Gestão de Pessoas.
4	Auditoria de conformidade de procedimentos licitatórios e contratos administrativos	Legislação sobre licitações, Planejamento de compras, Recomendações de Órgãos de Controle, Técnicas de Auditoria	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Analisar a conformidade dos processos licitatórios e contratos administrativos de acordo com a legislação vigente, diretrizes e políticas institucionais e boas práticas aplicáveis.	SECALC	2/1/2019	31/12/2019	3.500	Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações e demais unidades demandantes.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2019

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco ¹	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Áreas Responsáveis ²	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
5	Acompanhar e verificar o atendimento do Tribunal às normas e determinações dos Órgãos de Controle (CNJ, CSJT e TCU)	Legislação vigente, Controle Externo e Interno, Técnicas de auditoria	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar o atendimento às normas e comandos dos Órgãos de Controle. Analisar os controles das unidades responsáveis por atender os comandos.	CCG, SC	2/1/2019	31/12/2019	1.800	Unidades Administrativas do Tribunal.
6	Auditoria Coordenada pelo CNJ de avaliação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional	Legislação vigente, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Planejamento, Execução Orçamentária, Técnicas de Auditoria.	Elevados	Auditoria de Gestão, Operacional e de Conformidade / Auditoria Integrada	Avaliar os controles acerca dos registros contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais e operacionais.	SAC	2/5/2019	20/7/2019	1.200	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira e demais áreas demandantes.
7	Auditoria Coordenada pelo CNJ de avaliação da gestão documental	Legislação e normatização sobre assuntos relativos à gestão documental no Poder Judiciário - Ramo Trabalho	Elevados	Auditoria de Gestão e Operacional / Auditoria Integrada	Avaliar a criação, a manutenção, a utilização e os prazos de conservação, e ações correlatas, dos acervos documentais administrativos e processos judiciais.	SAUDIOP	1/10/2019	19/12/2019	1.200	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial, Coordenadoria de Gestão do Arquivo.
8	Auditoria do Programa "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem"	Legislação e Normatização sobre o Controle Externo e Ato Conjunto TST.CSJT nº 18/2016.	Baixos	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles das unidades relativos à destinação de recursos aos Programas "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem".	SAUDIOP	2/5/2019	28/6/2019	300	Secretaria de Saúde, Diretora Geral da Administração.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2019

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco ¹	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Áreas Responsáveis ²	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
9	Auditoria de governança e boas práticas de gestão quanto ao atendimento das diretrizes do formuladas pelo CNJ - Resoluções CNJ 182/2013 e 211/2015 com ênfase nos custos do parque de impressão.	Legislação e Normatização sobre Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), boas práticas de gestão de TIC. Custo total do proprietário (TCO).	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Integrada	Avaliar a observância de comandos normativos do CNJ e CSJT. Avaliar os controles e custos em TI com ênfase no parque de impressão. Avaliar a eficácia dos controles da governança e da gestão de TIC. Identificar controles e boas práticas que favoreçam a economicidade, gestão de riscos críticos, gestão de contratos e a qualidade dos gastos.	SAUDIITI	3/6/2019	28/9/2019	1.200	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira; Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial.
10	Auditoria sobre os controles de concessão de aposentadorias	Normatização vigente, Administração Judicial, Técnicas de Auditoria	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Avaliar os controles de cálculo e instrução processual de concessão de aposentadorias, especialmente pertinentes ao cálculo de médias.	SAC, SAUDIOP, SCAGP	1/2/2019	30/4/2019	900	Secretaria de Gestão de Pessoas.
11	Auditoria de avaliação da produção de software com ênfase na área judicial	Legislação e normatização sobre assuntos relativos à TIC no Poder Judiciário Federal. Boas práticas pertinentes ao objeto. Relação custo x benefício.	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles sobre o processo de produção de software. Avaliar a eficácia dos controles da governança e da gestão de TIC. Identificar controles que favoreçam a economicidade, gestão de riscos críticos, gestão de contratos e a qualidade dos gastos.	SAUDIITI	1/8/2019	29/11/2019	1.200	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações.
12	Auditoria sobre a implantação e a gestão de custos.	Legislação vigente, Contabilidade, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Administração e Gestão, Técnicas de Auditoria.	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles e procedimentos sobre a gestão de custos. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.	SAC	1/9/2019	29/11/2019	900	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira e demais áreas demandantes.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2019

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco ¹	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Áreas Responsáveis ²	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
13	Auditoria sobre o benefício Auxílio Transporte	Legislação atual, Estatuto do Servidor Público Federal, Gestão de Pessoas, Técnicas de Auditoria.	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles relativos à concessão e pagamento de auxílio transporte aos servidores do Tribunal. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.	SAUDIOP	1/2/2019	29/3/2019	800	Secretaria de Serviços Integrados à Promoção da Qualidade de Vida
14	Auditoria de Projetos e Riscos de Infraestrutura (medição)	Legislação e Normatização sobre a Gestão de Imóveis. Jurisprudência do CSJT sobre o tema.	Elevados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar a eficácia dos controles sobre a gestão de obras e imóveis.	SAUDIITI	2/9/2019	29/11/2019	900	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
15	Auditoria sobre contabilidade financeira (ativo permanente)	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e normas contábeis.	Elevado	Auditoria Contábil / Auditoria Direta	Analisar controles e procedimentos sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos permanentes. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.	SAC	1/7/2019	30/9/2019	360	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira e demais áreas pertinentes.
16	Inspeção em controles e operações de material e patrimônio (continuação)	Ato GP 14/2015, Lei 8.666/93, Resolução nº 201/2015; e boas práticas sobre o tema.	Elevados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta (Inspeção)	Analisar e avaliar os controles internos administrativos sobre a gestão de Material e Patrimônio. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.	SAUDIOP	02/1/2019	31/1/2019	450	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
17	Auditoria sobre contabilidade financeira (passivos pessoal)	Despacho presidencial e normas contábeis pertinentes.	Elevado	Auditoria Contábil / Auditoria Direta	Analisar controles e procedimentos sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de passivos de pessoal.	SAC	2/5/2019	28/6/2019	360	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira e demais áreas pertinentes.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2019

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco ¹	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Áreas Responsáveis ²	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
18	Avaliação do monitoramento das auditorias realizadas	Práticas técnicas e de auditoria.	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Avaliar o atendimento às recomendações emitidas em auditorias internas. Analisar as evidências apresentadas pelas unidades auditadas com a finalidade de definir o atendimento às recomendações.	CAUDIT, SAC, SAUDIOP e SAUDIITI	2/1/2019	30/12/2019	1300	Secretaria de Controle Interno e áreas auditadas.
19	Auditoria de controles sobre consumo contínuo (energia elétrica, segurança, logística, água, esgoto, serviços postais da ECT e ajustes com a Imprensa Nacional).	IN MPOG n° 1/2018, boas práticas na gestão de serviços de vigência indeterminada.	Elevado	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Analisar controles e procedimentos sobre fiscalização dos contratos. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.	SAUDIOP	01/10/2019	29/10/2019	360	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial, Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações.

¹ Segundo a Resolução CNJ n° 171/2013: "Art. 12. Na elaboração dos Planos devem ser consideradas as seguintes variáveis: I - **materialidade** - representatividade dos valores orçamentários ou recursos financeiros/materiais alocados e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos; II - **relevância** - importância do planejamento em relação às ações a serem desenvolvidas; III - **criticidade** - representatividade do quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a ser controlado; e IV - **risco** - possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termos de consequências e probabilidades".

² **SCI**: Secretaria de Controles Interno; **CCG**: Coordenadoria de Conformidade da Gestão; **CAUDIT**: Coordenadoria de Auditoria; **SCAGP**: Seção de Controle e Avaliação da Gestão de Pessoas; **SECALC**: Seção de Controle e Avaliação de Licitações e Contratos; **SC**: Seção de Conformidade; **SAC**: Seção de Auditoria Contábil; **SAUDIOP**: Seção de Auditoria Operacional; **SAUDIITI**: Seção de Auditoria de Infraestrutura e Tecnologia da Informação.

Fonte: Secretaria de Controle Interno.